

Sarney pede apoio para plano recessivo

Ailton C. Freitas

O líder do governo na Câmara, deputado Luís Roberto Ponte, saiu ontem da audiência com o presidente Sarney defendendo a necessidade de entendimento entre o governo e o Congresso Nacional para que o presidente José Sarney possa adotar medidas "impopulares e antipáticas", de cunho recessivo mas que deixem o País aplainado para o próximo governante, eleito pelo povo.

"Mas se não houver uma sinalização preliminar do Congresso Nacional, disposto a aprovar tais medidas, o presidente Sarney não vai mandar nada, só para se desgastar, sem qualquer eficácia", alertou o deputado.

Se receber uma sinalização do Congresso, Sarney manda as medidas, cujo conteúdo o líder não soube antecipar. Isso é certo, de acordo com Luís Roberto Ponte. O que não está certo, contudo, é a decisão do presidente de antecipar o fim de seu mandato. Dizendo que falava

com autorização de Sarney, o líder do governo argumentou que o presidente faria isso, sem dúvida alguma, se houvesse um entendimento dos políticos de que a decisão seria boa para a transição democrática, para facilitar a vida do seu sucessor.

Mas o Congresso Nacional, de acordo com o líder, não está pensando em pedir a redução do mandato do Presidente.

Gadelha

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, foi mais enfático do que o deputado e garantiu que a hipótese de antecipação do mandato de Sarney está totalmente descartada porque nem o presidente quer, nem o Congresso Nacional estaria disposto a propor "uma loucura desta".

De qualquer forma Gadelha, assim como Ponte, disse que Sarney está disposto a aceitar o que o Congresso decidir. Mas o que o Congresso deveria fazer, na avalia-

ção do líder do governo, era aproveitar essa disposição do presidente para o sacrifício e buscar um entendimento.

O principal interesse do presidente Sarney, durante as audiências que teve ontem com líderes políticos afinados com o Palácio do Planalto, segundo versão de Gadelha, foi com a evolução do pacto proposto pelos empresários. O governo, de acordo com o líder do PFL, está disposto a cumprir a sua parte porque acha a proposta dos empresários muito importante.

Ainda assim, o senador fez críticas às sugestões, por considerar que os empresários embora apresentem propostas que devem ser transformadas em lei, apontam outras soluções que acabam como declaração de intenção, como seria o caso, na interpretação de Marcondes Gadelha, da ideia de redução de alíquotas para importação, que não está listada no elenco de medidas a serem transformadas em lei.

Tese da antecipação não empolga

O candidato do PL à Presidência da República, deputado Afif Domingos, não conta com boa receptividade dos parlamentares para o projeto de emenda constitucional, com o qual entra hoje na Câmara, na tentativa de obter a redução do mandato do presidente José Sarney, antecipando a posse do novo presidente para o primeiro dia útil de janeiro de 1990. Os partidos com representação majoritária no Congresso, como o PMDB e o PFL, são contrários à ideia - por julgarem que não há semelhança entre a crise político-econômica brasileira e a que ocorreu na Argentina, ou por acreditarem que esta medida perdeu sua oportunidade à época em que os constituintes optaram por um mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

Carneiro

O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), é de opinião que o Congresso não deve exercer nenhum tipo de

pressão para a saída antecipada do presidente José Sarney, o que é também uma posição do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS).

O deputado José Lins (PFL-CE) diz que o projeto de Afif Domingos "corre risco de cair no vazio absoluto, porque há motivação política para isto, neste momento. Já no PDT, o projeto de Afif Domingos é considerado como algo "acoplado ao golpe parlamentarista", como diz o deputado Miro Teixeira (RJ).

Segundo ele, esta proposta não está isolada, faz parte do "jogo daqueles que mais queriam que o presidente José Sarney ganhasse o mandato de cinco anos e agora temem a vitória de candidatos que não são de seu agrado".

Negociação

O PSDB está ainda indeciso quanto à sua posição a respeito do encurtamento do mandato do presidente José Sarney. Além de Afif Domingos, outros dois deputados também pretendem entrar com

projetos de emenda constitucional para antecipar a posse do novo Presidente, só que marcando esta data para 31 de janeiro: Aldroaldo Streck (sem partido-RS) e Moema São Tiago (PSDB-CE). O líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR), acha que a ideia pode ser boa, mas precisa ser muito negociada.

O PDS e o PT apóiam qualquer projeto que determine a retirada antecipada de Sarney. O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), diz que "acima do direito do Presidente está a situação do povo". Mas também exige consenso sobre a matéria, para dar o seu apoio. O deputado Paulo Paim (PT-RS) assegura que gostaria de ver o novo Presidente assumir no dia 13 de dezembro, ou seja, no dia seguinte ao do segundo turno das eleições. Uma evidente brincadeira do parlamentar, já que somente entre os dias 24 e 29 de dezembro será possível concretizar a apuração dos votos.

Ulysses acha proposta dispensável

São Paulo — O deputado Ulysses Guimarães, candidato à Presidência da República pelo PMDB, rejeitou ontem qualquer proposta de antecipação da posse, considerando a emenda do presidencialista Guilherme Afif Domingos como "ruim" e "dispensável".

No entanto, o governador Orestes Quéricia, que se reunira com Ulysses por 20 minutos em sua residência, observou que o prazo entre o anúncio do resultado das eleições e a posse em 15 de março é muito longo. Quéricia estabeleceu o prazo ideal entre 20 a 30 dias após a apuração dos votos.

O governador de São Paulo, contudo, comentou que uma emenda de antecipação antes de ser encaminhada ao Congresso deve ser discutida entre os partidos, candidatos e o presidente Sarney.

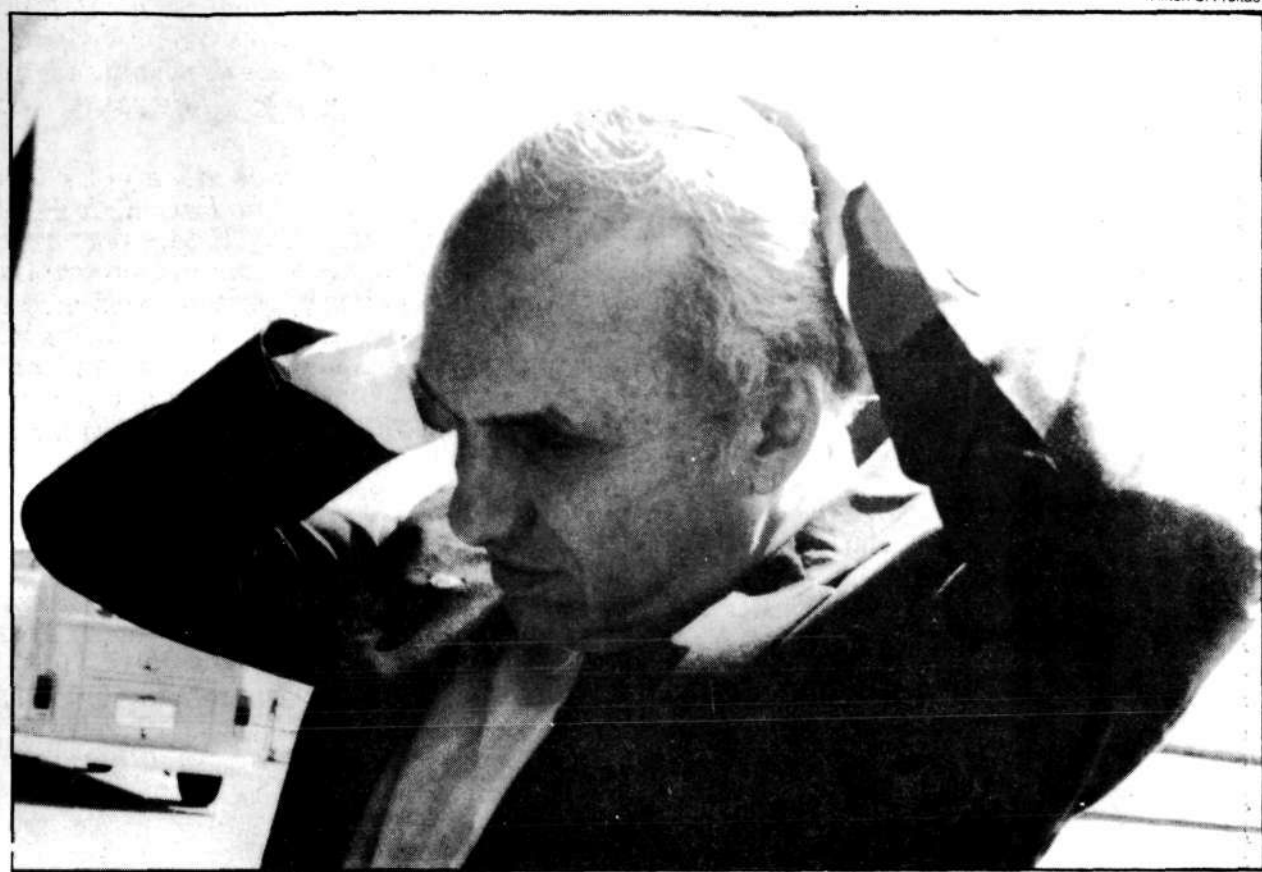
Se for aprovada a emenda do deputado Guilherme Afif Domingos, a indicação dos ministros, cargos de confiança, entre outros, na opinião de Ulysses, poderá ser comprometida. Para ele, isso só é aceitável em circunstâncias anormais, como na Argentina.

"Em casos excepcionais, a antecipação é viável, mas o Brasil não precisa inovar. É preciso um

tempo para estruturar um bom governo, e é isso que o povo vai exigir".

Apesar de reconhecer a liderança nas pesquisas eleitorais do ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, Ulysses está confiante na vitória no primeiro turno:

"Se eu não chegar ao segundo turno, quem vai chegar? Tenho um partido grande e muita disposição. Se precisar dormir quatro horas por noite, tudo bem. Lamento apenas não poder fazer campanha de madrugada. Vamos vencer essas eleições" — assegurou Ulysses.



Ponte defende o entendimento entre governo e o Congresso para combater a crise econômica

Newton já vê hiperinflação

Belo Horizonte — Preocupado com o agravamento da escalada inflacionária — "infelizmente já estamos na hiperinflação" —, o governador de Minas, Newton Cardoso, afirmou ontem que a antecipação da posse do futuro presidente da República para 1º de janeiro, conforme sugere o candidato do PL, Guilherme Afif, é uma das principais saídas para contornar o processo de crise econômica em curso no País.

"A permanência de Sarney no Governo até o final compromete a ordem social" — afirmou o governador, temeroso com o risco de que o Governo não tenha mais condições de continuar refinanciando a dívida interna.

Resistência

Embora tenha sido um dos principais articuladores do mandato de cinco anos para o presidente na Constituinte, Newton Cardoso justificou, no entanto, que em 1988 ainda acreditava que o presidente Sarney pudesse "devolver o País à ordem legal". Lembrou que havia, ainda, grande resistência dos militares às eleições presidenciais — o que o levou a defender o mandato dos cinco anos. Mas, indagado se o Presidente já não deveria ter deixado o Governo, Newton acabou concordando.

Antônio Carlos condena redução

Rio — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, disse ontem, após fazer palestra na Escola de Guerra Naval, no Rio, que é assunto "inconveniente" falar em renúncia do presidente Sarney antes de se ter um vencedor majoritário do primeiro turno das eleições. Para Magalhães, a discussão em torno da redução do mandato presidencial "pode ser uma jogada para prejudicar as eleições". Ele não tem dúvidas de que o Presidente se prontificará a discutir o assunto quando o quadro sucessório estiver definido.

Comentando o ingresso do ex-prefeito Jânio Quadros no PFL, Antônio Carlos Magalhães disse achar difícil que ele volte a tentar a candidatura a presidente, depois de ter desistido por motivos de doença: "Na vida, porém, todos podem fazer o que desejam", afirmou.

O ministro disse não estar preocupado em minar a candidatura de Ulysses Guimarães na Bahia: "Isso não é necessário, porque o Waldir Pires (candidato a vice na chapa do PMDB) já minou o seu terreno". A maior preocupação do ministro é o segundo turno: "Quem quer que ganhe, espero que seja no primeiro turno, para evitar o loteamento do País".

Emenda antecipa parlamentarismo

O presidente eleito a 15 de novembro poderá "em caso de grave e generalizada conturbação do País", implantar o parlamentarismo, a qualquer momento, a partir de sua posse, bastando que envie mensagem ao Congresso Nacional explicando sua decisão e indicando o nome do primeiro-ministro para aprovação pela Câmara dos Deputados. Essa é a principal inovação da emenda constitucional que a Frente Parlamentarista Nacional, liderada pela deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ), vai apresentar amanhã.

Pela emenda, o parlamentarismo vigorará a partir de 12 de fevereiro de 1991, quando toma posse um novo Congresso, eleito a 15 de novembro do ano que vem. No entanto, um artigo nas disposições transitórias da emenda determina que o futuro presidente poderá antecipar essa mudança de regime em caso de crise institucional, a qualquer momento.

"Esse dispositivo", explicou Sandra, "é o melhor antídoto para a tentação de usar o Urutu no próximo mandato presidencial, num caso de crise". Bem-humorada, Sandra batizou esse artigo de "dispositivo Jânio Quadros", que renunciou à Presidência da República em agosto de 1961.